

Livro didático nos anos iniciais: definições e desafios**Textbook in the early years: definitions and challenges**Naiara Silva dos Santos¹Jaqueline Aparecida Martins Zarbato²

97

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar teoricamente, os avanços e dificuldades na inclusão do livro didático no âmbito educacional, principalmente em relação ao seu conteúdo, nos anos iniciais. Para tanto, se utiliza a investigação qualitativa e analítica, com pesquisa bibliográfica, embasadas em autores que contemplam discussões sobre a história do livro didático. E também na análise sobre a relação escola e o livro didático. Assim, espera-se que por meio desse olhar investigativo possa compreender os processos educacionais que levam a construção dos materiais didáticos. Será analisado o livro de História (PNLD 2019-2022) da coleção “Aprender Juntos” do 1º ano do EF I de uma escola Pública Estadual do Município de Naviraí/MS. A reflexão do estudo identificou que, mesmo compreendendo o valor dos livros didáticos, não devemos utiliza-lo como material único de ensino, uma vez que, este pode trazer conteúdos generalizadores.

Palavras-chave: Livro Didático. PNLD. Conteúdos.

Abstract: The objective of this article is to theoretically analyze the advances and difficulties in the inclusion of the textbook in the educational scope, mainly in relation to its content, in the early years. For that, qualitative and analytical research is used, with bibliographic research, based on authors who contemplate discussions about the history of the textbook. And also in the analysis of the relationship between school and textbook. Thus, it is expected that through this investigative look, it is possible to understand the educational processes that lead to the construction of teaching materials. The History book (PNLD 2019-2022) from the collection "Aprender Juntos" of the 1st year of EF I of a State Public School in the Municipality of Naviraí/MS will be analyzed. The reflection of the study identified that, even understanding the value of textbooks, we should not use it as a single teaching material, since it can bring generalizing content.

¹ Mestranda em Educação na UFMS/CPTL. E-mail: naiarasilvadossantos11@gmail.com

² Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora no Programa de Pós Graduação em Educação/CPTL. E-mail: jaqueline.zarbato@gmail.com

Recebido em 22/01/2022

Aprovado em 10/03/2022

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Keywords: Textbook. PNLD. Contents.

INTRODUÇÃO

O livro didático se constitui atualmente, na educação brasileira, como um dos materiais mais utilizado em salas de aula. Esse papel é justificado principalmente por se tratar de um material facilitador da aprendizagem, funcionando como um instrumento de suporte à prática pedagógica.

Material de várias gerações, o livro didático, além de construir conhecimentos, é capaz de transformar a sociedade. E por esse motivo, analisa-lo é fundamental, pois como ele é uma ferramenta majoritária nas escolas, conhecer seus conteúdos e sua origem se torna importante, uma vez que o livro pode materializar ideias e comportamentos sociais.

Assim, para a elaboração da pesquisa realizou-se a opção pela investigação qualitativa e analítica, pois se trata de investigar as abordagens de educação e o fazer docente, analisando como o livro didático dos anos iniciais é apresentado nas escolas públicas, portanto, conforme Dalfovol, Lana e Silveira (2008, p. 11), esse tipo de pesquisa “[...] descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuindo no processo de mudança e possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos”. As fontes de informações utilizadas serão referenciais, pois embasa diretamente nas fontes científicas e materiais impressos e editados.

Nesse sentido, a pesquisa propõe analisar o livro didático, que chega a sala de aula por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), como um recurso a mais no processo de construção de aprendizagens. Um dos objetivos específicos foi investigar até que ponto estes materiais são importantes na perspectiva do aprendiz e, se o mesmo pode ser utilizado como única ferramenta de ensino em sala de aula. Pois, muitas vezes, os indícios de escolha ou não do livro, pode, de modo geral, nas sutilezas e nas entrelinhas, por isso a tarefa primordial foi buscar entender até que ponto, os professores, deve acreditar nestes materiais didáticos.

Para a realização da pesquisa, inicialmente foram pensadas nas seguintes indagações: quem são os responsáveis pelos livros didáticos? Que discurso estes materiais podem estar proferindo as crianças? Quais são as políticas educacionais que apoiam este material? E, por que é importante investigar o conteúdo destes materiais?

Enfim, espera-se que por meio desse olhar investigativo possa tornar-se possível compreender o processo educacional que leva a construção dos materiais didáticos. Portanto, o

exame dos livros didáticos se cruza com o exame da educação, como uma das formas utilizadas para elaboração e transmissão dos conteúdos escolares.

DEFINIÇÕES SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS

O Livro Didático pode ser conceituado, como um material cultural composto e híbrido, que hoje faz parte tanto da cultura, da pedagogia e da sociedade (FREITAS; RODRIGUES, 2007). Mesmo que atualmente existam outros materiais presentes no mundo, como: TV, celular, tablets, CDs, internet, etc. E, o livro didático ainda continua sendo o material central da escola, e o seu uso “podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização” (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Na reflexão sobre esta temática busca-se “questionar pressupostos teóricos e implicações pedagógicas e curriculares de uma educação voltada à valorização da identidade múltipla no âmbito da educação formal” (ABRAMOWICZ *et al.* 2011, p. 89).

Sendo assim, o livro didático não se resume apenas a um material impresso, ele é um conjunto de conhecimentos elaborado para ser utilizado em sala de aula, tanto pelo professor quanto pelo aluno, na busca da promoção da aprendizagem significativa. Alerta Lajolo (1996, p. 4) que para um livro ser considerado didático “precisa ser usado de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto ou conhecimento, já consolidado como disciplina”.

O livro didático nos anos iniciais começou a ser utilizado em 1996, com o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, sendo publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos” de 1ª a 4ª série (LAJOLO, 1996).

Para se responsabilizar pelos livros didáticos, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), vinculado à Secretaria de Educação Básica (SEB) – que seleciona as obras didáticas – e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – que compra e distribui os materiais selecionados.

Sua criação ocorreu a partir da abertura política no final do governo militar, onde se passou a questionar a qualidade dos conteúdos inseridos nos livros didáticos, pois por muito tempo ele foi usado como “instrumento de veiculação ideológica do Estado Novo”, portanto, o PNLD surge como “um instrumento de avaliação voltado a garantir a qualidade do ensino nos governos pós-ditadura militar, ou seja, democráticos” (MATOS, 2012, p. 65). Segundo o Portal do MEC:

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

No art. 2º São objetivos do PNLD³:

- I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;
- III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;
- IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
- V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e
- VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Já no art. 3º São diretrizes do PNLD:

- I - o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- II - o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- III - o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;
- IV - o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e
- V - a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias.

Percebe-se que o PNLD buscou apresentar o livro didático de forma gratuita aos profissionais da educação para que ele sirva de apoio às práticas educativas, melhorando a qualidade no ensino e aprendizagem das escolas públicas do país. Além disso, a proposta do PNLD é que o livro didático forneça para o aluno não apenas teorias, mas também informações sobre a cultura para que haja respeito à diversidade.

O uso do Livro Didático nas escolas brasileiras ainda é criticado, devido a diferentes concepções históricas e educativas. E embasado nessas reflexões, por volta de 1990, o MEC insere as diretrizes para a organização desse material. Estabelecendo critérios gerais para a avaliação dos materiais, além de requisitos mínimos que um livro didático deveria ter. Tais mudanças são apresentadas com maior intensidade apenas em 1996, momento em que se inicia um processo de análise e avaliação sistemático e contínuo. Para Munaka (2012) o Livro Didático não é apenas um material cultural, mas também é um negócio, que carrega consigo todos os vícios da sociedade capitalista.

Pode-se dizer que são discursos produzidos pelos/nos livros que deflagram as reflexões sobre os micro poderes. Ou como fundamenta Foucault (1979), existem muitas relações de

³ <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>.

poder entre os mecanismos sociais, na qual são usados de forma discreta para dar força aos meios que, em suma, objetivam determinado fim.

Desta forma, o livro didático exerce um poder no meio educacional, de maneira a utilizá-lo para a transmissão de conhecimentos e para a formação da personalidade; mas, precisamente por possuir esta condição, está na mira dos poderes públicos, interessados sempre na socialização política das crianças, dos adolescentes e dos jovens, e não pela pura dominação da população instruída.

Por mais que este o PNLD não tenha solucionado todas as críticas e possíveis problemas, possui um processo avaliativo, que contribuiu para a melhoria da qualidade dos LDs que chegam as escolas públicas brasileiras.

O Plano Nacional do Livro didático (PNLD) envolve as dimensões das legislações educacionais, como o que determina a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). A BNCC, como um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, além de assegurar seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Também, as normativas expressa na BNCC, sobre a Educação Básica é: de “valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.” (BNCC, 2017, p. 9).

Enfim, a função do Livro Didático vem se configurando em cada época de maneira diferente e, na contemporaneidade ter entrelace com as ferramentas tecnológicas, audiovisuais, entre outras. Mas, como qualquer outro material curricular, o livro participa da construção de significados – apesar da sua presença transversal no sistema escolar – que exerce uma poderosa influência como um objeto cultural nos processos de construção de identidades individuais e sociais.

O LIVRO DIDÁTICO E O CURRÍCULO

O Livro Didático, um material utilizado há muitos anos, é ainda na atualidade um recurso privilegiado como uma escolha de comunicação dos conhecimentos escolares. Sua direção e duração na rotina escolar o exibem, como um dos materiais importantes do sistema educacional, pois sobre ele recai uma grande parte das aprendizagens promovidas pelos projetos curriculares, além de conferir ao livro uma importante maneira para se alcançar a melhoria da qualidade e da equidade na educação (DÍAZ, ROLANDO, 2011).

A proposição do currículo possui uma longa definição, que segundo Tadeu (2005, p. 14) passa por inúmeras indagações e, que são discussões que deve levar em conta sobre a “natureza humana, sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade”. Para a construção de um currículo deve-se perguntar: o que, para quem e qual conhecimento necessita implementar.

Porém, outras questões devem fazer parte desse documento, como a identidade e subjetividade, pois “o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade” (TADEU, 2005, p. 15). E, é sobre isso que carece concentrar as teorias do currículo. Resumidamente, o currículo é a especificação precisa de um objetivo, procedimentos e métodos para obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados.

Concordamos que o currículo é um norteador das ações nas escolas. A sala de aula é um espaço onde ocorrem diversas relações e interações, um campo onde atuam múltiplas culturas e, portanto o currículo não é apenas uma grade de disciplinas a ser transmitido, ele deve ir além, ou seja, oferecer uma visão da realidade como processo contínuo e demonstrar que o conhecimento e o fato social são relevantes. Na escola aprendemos a fazer listagens de conteúdos e julgamos que eles vão explicar o mundo para os alunos. No entanto, não estamos conseguindo articular esse conteúdo com a vida dos nossos alunos.

Com relação ao currículo, o livro didático “associa-se às determinações do estado acerca dos saberes legítimos ensinados na escola, atuando neste caso como um dispositivo de gestão político-cultural institucionalizado”, pois sua composição deve incluir uma seleção de conteúdos, imagens e representações que vão ser ensinados, por isso a necessidade de uma política que determinará o uso deste material (DÍAZ, ROLANDO, 2011, p. 611).

Díaz e Rolando (2011, p. 612-613) ainda completam:

o livro didático se torna um dispositivo no qual convergem relações de saber e poder, pois se sustenta em formas, maneiras, regulamentos e regras provenientes de diversas fontes localizadas no interior e no exterior do livro, que delineiam ou configuram os conhecimentos que o sistema educacional considera como legítimo e verdadeiro, sendo o principal veículo de transmissão da cultura escolar institucionalizada.

Já o currículo “tem sido, historicamente, responsável por selecionar, organizar e transmitir os saberes e os conhecimentos culturais dominantes e hegemônicos em diferentes épocas” (DÍAZ, ROLANDO, 2011, p. 612). Além disso, os referidos autores comentam, que o currículo não é neutro de conhecimentos que são expressos nos textos da sala de aula, ele faz parte de uma tradição seletiva, onde alguém retira de alguma visão de grupo a respeito do

conhecimento que é considerado legítimo. Assim, é produzido a partir de tensões e de compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam decisões mais relevante do conhecimento de alguns grupos.

Segundo Tomaz Tadeu (2005), não podemos mais ver o currículo como algo inocente e desinteressado, pois ele deve ser entendido de forma ampla, como experiência vivida. Aqui se entrelaçam o conhecimento escolar, as histórias de vida e o desenvolvimento intelectual e profissional, permitindo a transformação do próprio eu.

Com base nessa compreensão, o livro didático é um material curricular diferente de outros, pois ele tem o potencial suficiente para ser usado durante todo o ano letivo, além de ser o fundamental material disponível para os professores onde são organizados os conteúdos e suas prescrições, de tal modo que “atua como mediador entre o currículo prescrito, planejado ou projetado e o currículo praticado.” (DÍAZ, ROLANDO, 2011, p. 613).

Apesar disso, podemos alegar que o livro didático é apresentado para os professores como uma metodologia eficiente sobre os conhecimentos escolares que, às vezes, determina o que deve ser ensinado. Segundo Díaz e Rolando (2011, p. 614) “é possível afirmar que o currículo escolar não se define pelas diretrizes ministeriais nem pelos planejamentos dos docentes – embora ambos sejam fundamentais –, mas por meio das orientações do livro didático”.

Portanto, ele se torna uma ferramenta chave no processo de ensino e aprendizagem, neste sentido, recai grande responsabilidade as editoras que “interpretando as orientações ministeriais, definem os currículos por níveis, disciplinas e/ou áreas de conhecimento, estabelecendo as sequências didáticas que os professores devem seguir” (DÍAZ, ROLANDO, 2011, p. 614). Como produto cultural, o livro didático é escrito por indivíduos que fazem parte de algum grupo social ou científico, que fazem certa interpretação da realidade, além de selecionar todo o conhecimento que a humanidade adquiriu ao longo dos anos, para serem transmitidas as próximas gerações. E, é por este fato, que os livros didáticos são frutos de entendimentos e interpretações de concepções de diversos grupos sociais. Sendo assim, surgem a cada ano, mais pesquisas que veem criticando os conteúdos e os usos destes materiais.

Segundo Perez (2012) é com a modernização da sociedade que a escola aparece como necessária a formação da população em geral. Porém, o ensino foi diferenciado entre as classes sociais, onde para a classe dominante a escola é apresentada como meio de formação intelectual e acadêmica (alunos que exercerão grandes cargos sociais), para as camadas pobres a escola é vista como meio de qualificação para o trabalho e de mobilidade social.

No contexto atual, a escola tem a finalidade de preparar a criança para a vida moderna, por meio da transmissão de conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade, fornecendo estímulos ao desenvolvimento infantil “através do ensino, do estabelecimento de regras, da integração do sujeito em grupos sociais diversificados” (PEREZ, 2012, p. 14), assim a escola é percebida como a promotora de uma educação sistematizada, com a finalidade de desenvolver ser humano e sua personalidade.

Portanto, as políticas educacionais no país precisam levar em consideração, os aspectos abordados pela CF/88 e pela LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) — principalmente a parte da garantia ao direito de acesso à educação por qualquer brasileiro. Em seu artigo 3º, a LDB atesta que o ensino deverá considerar os princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 2017, p. 9).

A criança mesmo vista como sujeito de conhecimento, não se encerra nos conteúdos educativos, mas sim abrange outros domínios, percorre outros conteúdos, potencia outros modos de comunicar, pois a crianças percorre as suas proezas sociais. E seguindo a lógica de Foucault (1996, p. 26), “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

O livro didático constitui-se num instrumento auxiliar da atividade docente que quando utilizado de forma correta contribui para a produção de uma melhor aprendizagem, ampliando e renovando o processo educativo. Sendo assim:

O livro didático é um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares são por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade em determinada época. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular. (BITTENCOURT, 1997, p.72)

Sendo assim, a escolha do livro didático “deve ser cuidadosa, cabendo ao professor, selecionar criteriosa e criticamente o livro didático a ser adotado na escola. Nesse processo de escolha, deve prevalecer a qualidade e a utilidade”. Além disso, o professor deve considerar a o contexto socioeconômico e cultural do educando, para que o mesmo tenha um melhor rendimento do aprendizado (COSTA *et al*, 2022, p. 5).

Sabe-se que, o PNLD é cercado de críticas tanto dos profissionais da educação quanto do alunado, entretanto este também tem dificuldades em selecionar o que vai fazer parte da estrutura didática, uma vez que “os docentes no Brasil possuem realidades diferentes em suas salas de aula, como: especificidades regionais, dificuldades locais de estrutura e recursos, públicos específicos e outras tantas diversidades, as quais os avaliadores muitas vezes desconhecem e não preveem em suas tabelas avaliativas”. (MATOS, 2012, p. 53).

Desse modo, o livro “deve ser visto pelo professor como um instrumento dinâmico no processo de ensino, e pelo aluno como auxiliar no processo de aprendizagem” (COSTA *et al*, 2022, p. 7).

Antes de tudo, tanto professores quanto alunos devem projetar que o livro didático pode ter diferentes utilizações. O professor deve apontar o caminho desta descoberta estimulando a crítica de seus alunos, dialogando sobre as imagens, textos, produções e reproduções, “internalizando os conceitos e preconceitos da classe dominante, que quer que todos pensem como eles e acreditem que somente seus valores são verdadeiros. E assim, alunos e professores tornam-se alienados.” (RATHLEF, 1989, p. 9).

Choppin assevera que o livro didático “não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável”. O problema do livro didático não se encontra apenas no que ele apresenta, mas também no que ele não apresenta, ou seja, “é necessário também prestar atenção àquilo que eles silenciam, pois se o livro didático é um espelho, pode ser também uma tela” (CHOPPIN, 2004, p. 557).

Sabendo disso, devemos nos preocupar com o discurso que estes materiais didáticos expressam. Pois, nos alerta Foucault (2008), que ha um saber construído historicamente, e como tal, produz verdades que se instalam e se revelam nas práticas discursivas. Portanto, o discurso pode ser definido como algo verdadeiro que passa a aderir princípios aceitáveis de comportamento. Ou seja, todo discurso (verdadeiro) tem seu polo de produção, pois assim a produção discursiva não é feita de maneira aleatória, mas obedece aos interesses das instâncias e das relações de poder que a produz. Por ser um acontecimento, o discurso não é imaterial, pois se materializa nas práticas sociais dos sujeitos e nestes produz efeitos.

Contudo, é fato que a escola deve usar o livro didático como material básico de ensino, porém é necessário salientar que este recurso possui seus pontos negativos que obriga o professor a mediar esta ferramenta para que não se materialize discursos excludentes ou

alienantes. Por isso, usar outros recursos se faz necessário, uma vez que muitos destes livros não trazem todas as ferramentas necessárias no processo de Ensino e Aprendizagem.

Deste modo:

“O Livro Didático oferecido aos alunos precisa ter uma boa apresentação, com conteúdos apresentados de forma objetiva, com uma linguagem compreensiva, com exemplos e ilustrações em grande quantidade, a fim de promover a aprendizagem. E, finalmente, meios que auxiliem o professor em seu processo de ensino e aprendizagem, com opções de atividades para serem aplicadas aos discentes com o propósito de avaliar o grau de assimilação do que foi ministrado em sala de aula” (COSTA et al, 2022, p. 10).

É claro que, cada escola possui sua realidade socioeconômica e, que muitas vezes o livro didático é o único material disponível para o processo de ensino. Por isso a importância de um material de boa qualidade, um instrumento que não seja carregado de concepções heteronormativas⁴ ou excludentes. É preciso escolher bem o livro que fará parte da escola e buscar discursos complementares que possam ser usados para enriquecer o conteúdo didático. Tomemos nota disto, para que esta análise possa abranger todas as realidades e, para que entendam que o quanto um discurso mal proferido pode causar padrões e concepções preestabelecidas. Neste caso, “o que faz a diferença não são recursos, mas, sobretudo, a criatividade e a ação do mediador” (RAMOS, 2014, p. 445).

O livro didático deve ser um material que abrace a cultura e sua diversidade, que apresente conteúdos que ajude o aluno no seu processo social. Portanto, o livro didático “se transfigura porque reflete mudanças, inquietudes e tendências” (RAMOS, 2014, p.428), aí está à mágica desta ferramenta, ela é um espelho que transmite todo tipo de assunto e, pode ser apoiada com todos os tipos de materiais. O livro didático é base, mas o que vale mesmo é a criatividade, ou seja, toda a formação do leitor-criança passa pela ação do docente.

No entanto, “deve-se ressaltar que se o livro didático não for utilizado de forma sistemática, dentro do contexto do planejamento do professor, é utópico pensar que ele desempenhará de forma completa suas funções em relação ao aluno” (COSTA ET AL, 2022, p. 11).

Concordamos com Choppin (2004) quando ele descreve que no ambiente escolar o livro didático tem exercido mais funções do que às quais, em princípio, ele foi destinado. O autor argumenta que, além de funcionar como suporte privilegiado dos conteúdos disciplinares, os livros têm função instrumental, pois propõem métodos de ensino, função documental,

⁴ A heteronormatividade expressa às expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade. (MISKOLCI, 2009)

ideológica e cultural. Como instrumentos privilegiados de construção de saberes, todos os componentes do livro, sejam eles verbais ou visuais, devem favorecer, além da aprendizagem de conteúdos, a formação integral do sujeito aluno.

Enfim, entendemos que esta ferramenta não é desprovida apenas de erros, mas também de colaboração a inclusão e a socialização. Esse processo a diversidade não deve partir apenas do livro didático, mas também da mediação do professor, pois o livro pode ser uma ferramenta básica de ensino, mas o professor é o que colabora para que a aprendizagem seja efetiva.

LIVRO DIDÁTICO: ALCANCES E LIMITES

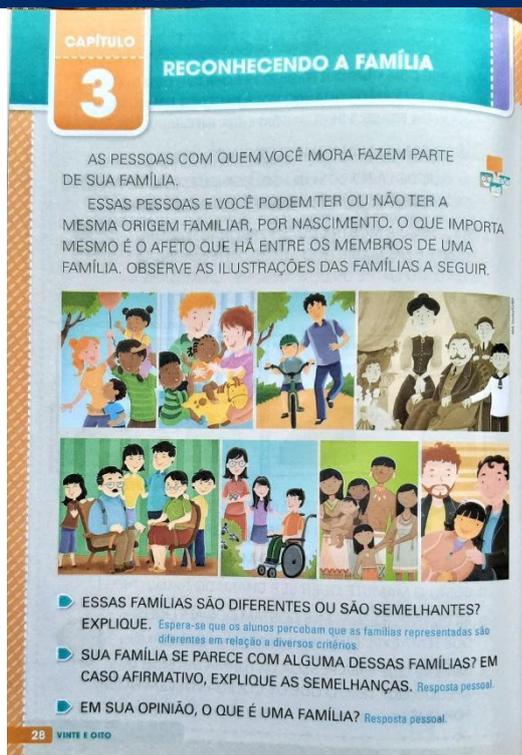
Para exemplificar a investigação, serão colocados abaixo alguns recortes de livros didáticos do 1º ano EF I, com a finalidade de evidenciar mudanças e continuidades sobre preconceitos em relação às novas configurações familiares⁵. Foi escolhido este tema, pois na nossa CF/88 – Art. 3º, Inciso IV diz que a sociedade deve: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, assim não discutir sobre as configurações de famílias, principalmente no ambiente escolar, significa reforçar preconceitos, exclusões e discriminações. Portanto, este tema está presente em quase todas as obras didáticas e por esse motivo ele foi escolhido como suporte para demonstrar o porquê os livros didáticos não devem ser o único suporte didático na sala de aula.

O livro selecionado foi um de História (PNLD 2019-2022) da coleção “Aprender Juntos” do 1º ano do EF I de uma escola Pública Estadual do Município de Naviraí/MS. Vale lembrar que, a escolha do livro didático se deu de acordo com o uso do mesmo nesta escola Estadual.

As imagens escolhidas foram aquelas que evidenciam mudanças e continuidades em relação às configurações familiares.

Figura 1 – Livro Didático de História

⁵ Quando falamos em *configuração familiar* estamos nos referindo ao modo como se dispõem e se inter-relacionam os elementos desta família (Osório, 2002), é permitido pensar na configuração familiar em termos de arranjos e disposições dos membros que compõem uma família.



Fonte: LUNGOV; FUNARI, 2017, p. 28.

Neste capítulo do livro didático são abordadas as diferentes configurações familiares, assim como as definições do conceito de família. Com objetivo que as crianças reconheçam seus papéis sociais, pois é essencial para a sua formação como indivíduo.

O pequeno texto apresenta a importância dos laços afetivos e a ideia de parentesco. Em seguida, mostra ilustrações de algumas configurações de família. Baseando nos tipos de família da autora Venturoso (2017, p. 18) e nas experiências dos alunos, podemos supor que as famílias apresentadas são: 1) família nuclear tradicional podendo ser matrimonial ou informal; 2) mesma configuração familiar anterior, porém podendo ser com filhos biológicos ou adotivos, ou uma família pluriparental; 3) família monoparental ou anaparental; 4) família nuclear tradicional antiga; 5) família extensa ou ampliada, também podendo ser família paralela ou simultânea; 6) família monoparental ou anaparental; 7) configuração igual à ilustração um, onde o aluno ou professor pode discutir sobre a cultura e a diversidade deste grupo familiar; e 8) família homoafetiva com filhos biológicos ou adotivos, ou família pluriparental, ampliada e paralela.

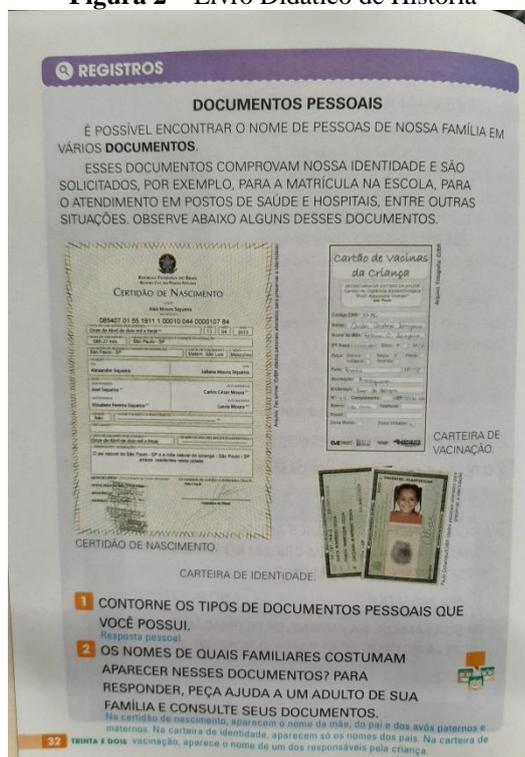
É fato que, trouxeram diversas configurações de família, porém ainda encontramos muitos traços de família nuclear tradicional (ilustração 1, 2, 4, 5 e 7), portanto compreende Machado e Vestena (2107, P. 4), que esse arranjo de família, “a união formalizada pelo

casamento é vista por alguns segmentos da sociedade e religiões como uma instituição indestrutível”, esta mesma visão é encontrada nos dicionários atualmente, onde definem que família é um conjunto de pessoas, que vivem sob o mesmo teto, essencialmente o pai, a mãe e os filhos. Muitas vezes, quando há mais evidencia de família tradicional nos livros didáticos, denota que “para a criança, adolescente ou familiar que possui outra configuração familiar, a escola pode parecer pouco receptiva e portanto, pouco inclusiva” (MACHADO; VESTENA, 2017, p. 10).

Além do maior aparecimento da família nuclear nas ilustrações do livro, também vemos a idealização sobre ter um casal de filhos (ilustração 1, 2, 5 e 6), que segundo Machado e Vestena (2017, p. 11-12), pode provocar para muitas crianças ou adolescentes um realidade não abrangida, que o “faz muitas vezes gerar constrangimentos, [...] além, de fomentar preconceitos. O papel da escola nesse sentido seria o de mostrar que existem diferentes tipos de família e que nem essa ou aquela estrutura é certa ou errada”.

Também nota-se a ilustração de uma configuração de família antiga como forma de identificar mudanças e permanências nas formas de organização da família.

Figura 2 – Livro Didático de História



Fonte: LUNGOV; FUNARI, 2017, p. 32.

A página acima evidencia modelos de documentos pessoais. Aqui são exibidos os diferentes documentos pessoais que possuímos com o intuito de identificar a relação entre as suas histórias e a histórias das famílias. Entretanto, nem todas as pessoas possuem documentos que mostrem suas afiliações, pois existem casos que o nome do pai ou da mãe aparece como “desconhecido”. Sendo assim, as atividades um e dois, as crianças reconhecerão que um documento pessoal pode ter registros diferenciados, conforme a configuração de sua família.

Segundo Krul e Emmel (2016, p. 15), o livro didático muitas vezes fragmenta dados que “acaba por omitir fatos que são extremamente importantes, para a riqueza e diversidade de concepções sobre um determinado assunto por parte do estudante”, acreditando que ao simplificar o tema o aluno fosse ter uma melhor compreensão, mas o que realmente acontece é que o estudante acaba não entendendo o processo de determinado assunto. Assim, “o estudo da ideologia subjacente aos textos de leitura mostra que o objetivo real dos livros didáticos é o de criar um mundo relativamente coerente, justo e belo, no nível da imaginação, com a função de mascarar um mundo real, que, contraditório e injusto, é necessário para as classes hegemônicas” (KRUL; EMMEL, 2016, p. 19).

Figura 3 – Livro Didático de História

APRENDER SEMPRE

1 OBSERVE AS FOTOS ABAIXO.

A

FAMÍLIA DE FELIX MARINHO NO RECIFE, PERNAMBUCO. FOTO DE 1900.

B

FAMÍLIA DA COLÔNIA WITMARSUM, EM PALMEIRA, PARANÁ. FOTO DE 2016.

A. A FAMÍLIA DA FOTO A É FORMADA POR QUANTOS MEMBROS? MARQUE COM UM X.

<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 9
<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 6	<input checked="" type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 10

B. E A FAMÍLIA DA FOTO B?

<input type="checkbox"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 9
<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 10

C. CONTORNE AS FOTOS DE ACORDO COM AS CORES ABAIXO.

PASSADO. Foto A. PRESENTE. Foto B.

D. DESCREVA AS ROUPAS QUE OS ADULTOS E AS CRIANÇAS ESTÃO USANDO EM CADA FOTO.
Veja resposta nas Orientações didáticas.

E. APONTE UMA SEMELHANÇA E UMA DIFERENÇA ENTRE AS DUAS FAMÍLIAS RETRATADAS.
Veja resposta nas Orientações didáticas.

36 TRINTA E SEIS

Fonte: LUNGOV; FUNARI, 2017, p. 36.

Como observado pelas imagens são duas famílias de épocas diferentes com extensão e vestimentas distintas. Com a finalidade que as crianças identifiquem mudanças e permanências nas formas de organização familiar, de modo a reconhecer as diversas configurações de família, acolhendo-as e respeitando-as.

Embora, as duas famílias sejam de configurações nucleares tradicionais, o objetivo da atividade está mais ligado à diminuição da taxa de natalidade e a mudança das vestimentas ao longo dos anos. Entretanto, sem o trabalho do professor como a criança pode interpretar essas imagens? Quem sabe elas notem a quantidade de filhos na primeira imagem, porém, talvez não reconheça que se trate de fotografias antigas e atuais permitindo-lhes que imaginem que se sejam famílias de regiões diferentes do Brasil, assim o livro didático deve relacionar as experiências cotidianas e demonstrar exemplos que correlacionem o passado e o presente, sem, no entanto, cometer anacronismos. Portanto, o professor tem um papel fundamental na apresentação do livro e de seus conteúdos, pois este deve visar “à produção do conhecimento do educando” e buscar “realizar um trabalho criativo, autônomo, reflexivo”, permitindo utilizar “outras fontes e recursos para desenvolver a ação pedagógica, podendo se afastar da formalidade do livro didático”. (KRULL, EMMEL, 2016, p. 24)

A 1ª imagem mostra uma família nuclear tradicional com seis filhos. Na foto, as poses são sérias, onde o pai está em pé e alguns dos seus filhos também, já a mulher está sentada com um bebê no colo, sem qualquer traço de sorriso ou felicidade. Também é possível observar que as roupas dos adultos são escuras e formais, que cobrem todo o seu corpo, já as crianças vestem roupas mais claras e geralmente são vestimentas iguais a de seus pais. Remete-se a uma infância na qual a “vida era vista de forma homogênea, não havia diferenciação entre os períodos da vida” (LINHARES, 2016, p. 23). Baseado em uma fotografia de 1900, aqui ainda previa que o homem era o chefe e representante legal da sociedade conjugal, responsável pelo sustento e manutenção da família e da mulher e pela administração dos bens comuns e particulares, além de ser detentor do pátrio poder sobre os filhos (VASCONSELLOS, 2013).

Na 2ª imagem, a família está sentada em poses mais descontraídas, além disso, possuem apenas um filho. Ambos usam roupas coloridas e informais, sem qualquer similaridade entre elas. Aqui uma representação da família atual, onde não só o sentimento de infância existe, mas também o excesso de paparicação, educação moral e racional, onde “novas expectativas são pensadas para esses futuros cidadãos, cuja inserção na sociedade

ganha novos significados, respondendo a oportunidades e limites econômicos” (DOURADOS, 2009, p. 3).

As questões de A a C são direcionadas a quantidade de membros nas duas famílias, além da identificação entre as famílias do passado e da atualidade. Já as questões D e E tem o objetivo que as crianças assimilem as mudanças ao modo de vestir, as poses e a qualidade das fotos. Aqui vemos muito forte a história da infância, suas mudanças e continuidades.

Entretanto, por mais que o livro didático de História representa a família antiga e atual discutindo as mudanças nas configurações familiares, percebemos também, que ainda trata de forma superficial sobre algumas questões relacionadas à família-infância, ou seja, levando a acreditar que apenas as roupas ou a quantidade de filhos que mudaram ao longo dos séculos, omitindo as diferentes configurações familiares atuais. É como se fosse uma “generalização”, ou seja, “colocam um fato como sendo o precursor de todos os outros”. Assim, o livro apresenta meias verdades, sem preocupação com o que é dito, porque “para o educador o fundamental é manter um programa que prioriza o livro didático”, o “detentor da verdade”, proporcionando “conceitos estereotipados e desatualizados, em muitos momentos” (KRUL; EMMEL, 2016, p. 17).

Por fim, é evidente que o livro didático apresentou mudanças culturais importantes para o aluno, mas também observamos que ainda continuam citando temas generalizadores que muitas vezes acabam por emitir fatos e limitando informações. Entretanto, também sabemos, que o professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento emitido nestes materiais didáticos, portanto este pode intervir propondo atividades que colaborem para a criticidade do aluno e assim garantindo uma melhor qualidade no ensino e aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar o livro didático e a sua história, nos mostra a importância desta ferramenta em sala de aula e também os cuidados que os profissionais da educação devem ter ao usá-lo, pois ao mesmo tempo em que este recurso pode colaborar no ensino ele também pode apresentar ideais e discursos alienadores.

Neste sentido, no livro didático, os conteúdos nele apresentados devem ser contextualizados, com objetivo de facilitar no aluno a compreensão sobre o universo que existe a sua volta. Além disso, ele deve ser uma boa ferramenta de apoio ao professor para que este tenha facilidade no processo de ensino aprendizagem dos seus alunos.

O presente estudo mostrou o cuidado de olhar para estes materiais como algo materializador de ideias errôneas e excludentes, por isso a necessidade da mediação do professor com os conteúdos presentes nestes livros. Esta mediação pode ser com usos de recursos que estejam fora dos livros, como as ferramentas tecnológicas que hoje fazem parte da grande parte da sociedade, além disso, o professor pode propor atividades que envolva socialização (para expor experiências entre os sujeitos) e criatividade (que expressam sua individualidade).

Portanto, evidenciou que apesar de desempenhar uma grande importância no processo educativo, o livro didático não deve ser o único material a ser utilizado e explorado pelo professor, pois a prática educativa é dinâmica e não pode ser limitada.

O professor precisa sempre buscar novos horizontes, objetivando tornar o processo educativo mais produtivo. Assim, ele deve procurar desenvolver os esforços necessários no sentido de preencher as lacunas existentes no livro didático, recorrendo aos chamados materiais complementares, objetivando produzir uma boa aula e nela promover uma melhor interação entre seus alunos.

Em conclusão, a educação embora não seja a única responsável, é fundamental na criação de condições para que as pessoas se tornem sujeitos de sua própria história, portanto, os livros didáticos registram evoluções dirigidas ao discurso e têm função cultural, por isso, atualmente não é apenas mais um tipo de forma que estrutura o livro, mas sim modalidades de forma que movimentam saberes. E os problemas encontrados nestes materiais didáticos não vão mudar, se os professores e a escola não estiverem preparados para apresentá-los. Certamente, as táticas de mudanças devem ser integradoras e, com maior aproximação professor e o livro, dessa forma, o desenvolvimento a criticidade das crianças não será perdida se o professor abrir espaço para se pensar fora do livro didático, assim além de haver mais socialização entre os alunos, o conhecimento transmitido será mais efetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C.; CRUZ, A. C. J. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, n. 2, p. 85-97, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 2019.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BITTENCOURT, C. M. **Livros didáticos**: concepções e uso. Recife: Secretaria da Educação e Esporte de Pernambuco, 1997.

_____. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

COSTA, M. H. d. C.; MACENA, R. A.; CRISPIM, R. C.; NETO, O. M. d. O.; SANTOS, José Ozildo dos. **O papel do livro didático no processo educativo**. Disponível em:

<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.editorarealize.com.br%2Feditora%2Fanais%2Fconedu%2F2017%2FTRABALHO_EV073_MD1_SA2_ID7225_26092017152510.pdf&clem=349273&chunk=true>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau SC, v. 2, n. 3. 2008.

DÍAZ, T.; ROLANDO, O. A atualidade do livro didático como recurso curricular. **Linhas Críticas**, v. 17, n. 34, set./dez., 2011, p. 609-624, Universidade de Brasília, Brasília/BR.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DOURADO, A. C. D. História da infância e direitos da criança. **Salto para o Futuro**, v. 19, n. 10, set. 2019.

FOUCAULT, M.. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A Ordem do Discurso**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAS, N. K.; RODRIGUES, M. H. **O livro didático ao longo do tempo**: a forma do conteúdo. CEART-UDESC, 2007.

KRUL, A. J.; EMMEL, R. O livro didático de história nos anos iniciais: usos, limites e possibilidades. **Revista Labirinto**, Universidade Federal de Rondônia, v. 24, n. 1, p. 9-33, Jan./Jun., 2016.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, n. 69, v. 16, jan./mar. 1996.

LINHARES, J. M. **História social da infância**. 1ª ed. INTA: Sobral, 2016.

MACHADO, D. d. A.; VESTENA, R. d. F.. Diferentes configurações familiares na escola: Uma reflexão para seu acolhimento. **Itinerarius Reflectionis**. Jatei/GO, v. 13, n. 2, p. 1-18, 2017.

MATOS, J. S. **A história nos livros didáticos**: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico. História: Rio Grande, 2012.

MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, Campinas/SP, v. 23, n. 3, set/dez. 2012.

PEREZ, M. C. A. Infância e escolarização: discutindo a relação família, escola e as especificidades da infância na escola. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12, jan./jun. 2012.

RAMOS, F. B; PAIVA, A. P. M. d. A dimensão não verbal no livro literário para criança. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, v. 14, n. 3, set/dez. 2014.

RATHLEF, C. **O livro didático brasileiro**. Monografia- Faculdade de educação, Unicamp, 1989.

SILVA, T. T.. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VENTUROSO, B. **Discursos, identidades e representações de família em livros didáticos da educação básica**. Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, 2017.

VASCONCELLOS, K. d. M. **A representação social da família**: desvendando conteúdos e explorando processos. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Brasília/DF, 2013.